

Economia, Crise e Moedas Sociais.

Economia, Crise e Moedas Sociais.

Apresentação

A insustentabilidade da exploração dos recursos da terra ***[Científicos ven próximo el colapso de la civilización industrial, página 5]*** e as desigualdades sociais reservam-nos um futuro imprevisível. Não é inocente o uso da palavra revolução no nome de batismo das eras económicas ***[Rumo a uma sociedade da partilha?, página 7]***. Jeremy Rifkin fala-nos de uma terceira revolução industrial anunciada por um novo poder: partilhado, descentralizado, colaborativo. No tempo presente, várias experiências no setor da economia ***[Rumbo a la democratización económica, página 11]***, apoiadas em software para a criação de moedas alternativas ***[Cyclos4communities, um servicio gratuito para crear bancos de tiempo o redes de trueque con moneda social, página 14]*** dão início a centenas de experiências um pouco por todo o mundo ***[Una Moneda para cada bien, página 16]***, ***[SINERGIA 360, Una cooperativa con su propia moneda social, el eQ , página 19]***, ***[Currency Pilot: Lambeth Pound, página 21]***, ***[Currency Pilot: Spice Time Credits, página 22]***. Falamos da criação de novas relações económicas,

baseadas na promoção do consumo local e na justiça social. Se aparentemente faltam soluções institucionais para a resolução da crise económica o desejo de articular alternativas vai mostrando que os cidadãos podem ser o elemento central na criação de uma sociedade mais justa e sustentável. Na cidade do Porto queremos destacar o Ecosol e convidar os leitores para visitar e conhecer esta rede em <https://communities.cyclos.org/ecosolporto>. "Porque uma moeda local gera abundância, mesmo em tempos de crise. Ela é criada e organizada pelos próprios membros da comunidade, portanto fortalece a auto-organização, tornando a comunidade mais resiliente e menos dependente do sistema económico vigente. Porque é distribuída de forma equitativa. Porque fortalece os laços na comunidade e valoriza o ser humano. Porque fomenta a figura da pessoa prosumidora (consumidora e produtora ao mesmo tempo). Porque cuida da natureza, uma vez que os bens e serviços que promove são produzidos de forma ecológica e/ou artesanal, e se trocam a nível local, reduzindo a pegada ecológica e os gastos inerentes ao transporte. Porque valoriza a arte e a cultura não dominantes."

Científicos ven próximo el colapso de la civilización industrial

Un estudio financiado por la NASA concluye que la explotación de los recursos y las desigualdades sociales conducen al fin de esta era en las próximas décadas

Portada de la revista *Nature* augurando el colapso
Última actualización: 21/03/2014

Cayó el imperio de los egipcios, el romano, el maya, el español, el británico... y todo hace prever que algún día también se derrumbará la civilización industrial occidental. Lo malo no es tener la certeza de que algún día llegará este declive, sino que un estudio financiado por la NASA lo sitúa para dentro de tan sólo unas décadas, según informa The Guardian. Los motivos: una creciente e insostenible explotación de los recursos de la Tierra y unas insoportables desigualdades sociales entre ricos y pobres.

La web del diario británico explica que los procesos del "auge y caída" de los imperios y civilizaciones son un "ciclo recurrente a través de la Historia" y señala que "incluso las civilizaciones avanzadas y complejas son susceptibles" de desaparecer.

El proyecto de investigación, liderado por el matemático Safa Motesharri, ha creado un nuevo modelo que entrecruza diversas disciplinas y que se ha bautizado como "Dinámicas Humanas y Naturales" (en el inglés original Human and Nature DYnamical: HANDY).

Tras investigar los factores involucrados en la caída de los imperios y civilizaciones de los últimos 5.000 años, la investigación ha detectado los principales factores que

influyen en el “declive de una civilización y que pueden ayudar a determinar el riesgo actual de colapso: población, clima, agua, agricultura y energía”.

Estos factores conducirían al colapso combinados con otros dos de tipo social y que también son clave: “el agotamiento de los recursos por la tensión sobre la capacidad ecológica” y “la estratificación económica de la sociedad entre élites [ricas] y masas [pobres]”. La investigación concluye que “captando al detalle la realidad actual de nuestro mundo... nos parece que será difícil evitar el colapso”.

Aunque los investigadores consideran improbable que las élites permitan que se ponga remedio a la tendencia actual que conduciría al colapso, el declive de la civilización industrial se podría evitar si se alcanzara un equilibrio en el que “el agotamiento per capita de la naturaleza se redujera a un nivel sostenible y si los recursos se distribuyen de una manera razonable y equitativa”.

Rumo a uma sociedade da partilha? **Por Ricardo Abramovay***

<http://outraspalavras.net/posts/rumo-a-uma-sociedade-da-partilha/>

Não é inocente o uso da palavra revolução no nome de batismo das eras econômicas. Mais do que técnicas e possibilidades de mercado, o que está em jogo na terceira revolução industrial anunciada por Jeremy Rifkin é um novo poder: partilhado, descentralizado, colaborativo ou, para usar a expressão do título de seu último livro, lateral. Em comum com as duas revoluções industriais anteriores, a do século XXI também emerge da convergência entre novos meios de comunicação e formas inéditas de produção de energia. A coerência dos grandes períodos históricos dos últimos dois séculos é dada por essa unidade entre comunicação e energia. O carvão e o vapor, no século XIX, abrem caminho não só para estradas de ferro, e imensas frotas navais, mas também para a massificação de materiais impressos, o que favorece o surgimento da educação pública na Europa e nos Estados Unidos. Na segunda revolução industrial, que domina todo o século XX, o petróleo e a eletricidade permitem o motor a combustão interna, o automóvel individual e, sobretudo a comunicação apoiada em grandes centrais elétricas: telégrafo, telefone, rádio e televisão.

A terceira revolução industrial tem como marca central a rede de energia/internet. O fundamental não está na energia, na internet ou na noção de rede, e sim na junção das três: não só a energia, mas parte crescente da prosperidade do

século XXI virá de uma organização social assinalada pela descentralização, pela cooperação e pela partilha.

O prognóstico já seria intrigante se partisse de um destacado acadêmico ou de um ativista ligado a movimentos sociais globais. Mas Rifkin tem ainda a qualidade de hábil articulador voltado ao diálogo com importantes dirigentes políticos contemporâneos e personalidades centrais na formulação e execução das estratégias de empresas globais. Professor do Wharton School's Executive Education Program, da Universidade da Pensilvânia, autor de 18 livros (entre eles, já traduzidos para o português, *A Era do Acesso*, *O Fim dos Empregos*, *A Economia do Hidrogênio* e *O Sonho Europeu*), Rifkin, nos últimos dez anos, manteve estreito contato com figuras como Angela Merkel, Manuel Barroso e José Luiz Zapatero, o que contribuiu para que o termo terceira revolução industrial se incorporasse a inúmeros documentos da União Europeia. Ao mesmo tempo, em torno da terceira revolução industrial reúne-se hoje uma centena de dirigentes empresariais globais. Muito mais do que um conjunto abstrato de normas e prescrições, a terceira revolução industrial está na agenda de algumas das mais importantes forças sociais e políticas contemporâneas.

Pelas resistências que desperta e pela mobilização que exige, seu sucesso depende de uma nova narrativa. A do período que se esgota agora é clara: concentrar recursos, fortalecer os regimes exclusivos de propriedade e favorecer a busca estreita dos interesses individuais são condições para a eficiência alocativa, da qual decorreriam produção de riqueza e bem-estar crescentes. A crise desencadeada em 2008 foi a pá de cal que retirou coerência a essa narrativa, como mostra o livro em sua primeira parte.

A narrativa da terceira revolução industrial, também exposta no livro, apoia-se em cinco pilares, que trazem consigo uma reorganização na cultura, nos modos de vida e nas formas de se fazer negócio. O primeiro está na passagem (nada trivial, é claro) das energias fósseis para as renováveis. O segundo, e talvez mais importante dos cinco

pilares, é a transformação do estoque de construções de todo o mundo em microusinas de coleta (e de distribuição) de energia. Na União Europeia, onde essa ideia se converteu em orientação de política pública, Rifkin fala da existência de 190 milhões de microusinas. Cada edificação tem o poder de absorver e transformar localmente energia vinda dos ventos, do sol e da reciclagem daquilo que seus ocupantes produzem e consomem. O princípio é que, contrariamente aos combustíveis fósseis ou ao urânio (energias de elite, que se encontram apenas em alguns lugares), as renováveis estão por toda parte. E, embora distante do horizonte brasileiro, Rifkin cita numerosos exemplos em que esse aproveitamento das energias descentralizadas e renováveis permite novos modelos de negócio.

O terceiro pilar está em tecnologias que permitirão armazenar (para se poder, então, distribuir) o produto dessas fontes inevitavelmente instáveis de energia de que são potencialmente dotadas as edificações. Rifkin prevê que, até meados deste século, a União Europeia terá uma economia do hidrogênio inteiramente apoiada em energias renováveis. Mas isso supõe – quarto pilar – que os dispositivos da economia da informação em rede possam promover a integração e a partilha desse fluxo de energia produzido de maneira descentralizada. Aí reside a nova unidade entre comunicação e energia. São redes inteligentes, mas que operam com base em energias produzidas localmente, ao contrário das duas revoluções industriais anteriores. Além de resolver um problema de oferta de energia, essas redes dão lugar a uma nova forma de poder, não mais hierárquico, mas distributivo, colaborativo, em rede. Não se trata apenas de substituir a centralização dos fósseis, da energia nuclear e das grandes hidrelétricas por gigantescas unidades solares ou eólicas. O mais importante é promover a oferta desconcentrada e partilhada de energia.

O quinto pilar está no sistema de transportes, que dará maior peso aos equipamentos coletivos e também, no que se refere aos veículos individuais, aos carros elétricos e baseados em células combustíveis, integrados igualmente

a esse sistema descentralizado de redes inteligentes. Nada garante, é claro, o triunfo do poder lateral. Mas o livro de Rifkin mostra condições especialmente privilegiadas para que colaboração social, partilha e descentralização formem a base da prosperidade no século XXI.

The Third Industrial Revolution, Jeremy Rifkin.
Palgrave Macmillan. 304 págs., US\$ 27,95

*Ricardo Abramovay é professor titular do departamento de economia e do Instituto de Relações Internacionais da USP, pesquisador do CNPq e da Fapesp.
Twitter: @abramovay – www.abramovay.pro.br

Rumbo a la democratización económica

Eurocat: Dinero sin intereses para financiar las PyMEs catalanas

<http://mig76es.wordpress.com/2014/04/06/>

[eurocat-dinero-sin-intereses-para-financiar-las-pymes-catalanas/](#)

Abril 2014

Se celebró este evento el 04 de abril de 2014 en PIMEC, Barcelona con el fin de presentar Euro-cat, una nueva moneda complementaria que funcionará a partir de junio en todo el territorio catalán.

El primer ponente que apareció después de los saludos de bienvenida fue Ernest Maragall, Vicepresidente de la Fundación Catalunya Europa, quien dio la presentación titulada “Moneda y banca: ¿causa o efecto de la crisis?”. Empezó por mencionar que en el crecimiento de la productividad en EE.UU. en los últimos 20 años no corresponde al ingreso mediano familiar, mostrando que los empleados en España son menos pagados que el promedio europeo en término de la compensación y que en EE.UU. el porcentaje del ingreso del 10% más rico aumentó de 35% a 50% entre 1982 y 2007. Argumentó que la concentración de la riqueza genera la burbuja y por consiguiente la crisis y criticó la cobardía, el efecto araña y la falta de regulación. Presentó también que después de la introducción de euro Alemania mejoró su balance comercial mientras que España empeoró, y terminó por destacar la importancia de regulaciones e instituciones.

El segundo ponente fue Marcel Coderch i Collell, ex vicepresidente de la CMT y Promotor de Eurocat, quien habló sobre “¿Qué es el dinero? ¿De dónde sale?”. Empezó

por citar la frase de Mayer Amschel Rothschild, fundador de la Casa de Rothschild: "Déjame emitir y controlar el dinero de una nación y no me importa quién escribe las leyes" y la de Henry Ford: "Está muy bien que la gente de la nación no comprenda nuestro sistema banquero y monetario, pues si comprendiera, creo que habría una revolución antes de mañana por la mañana," insinuando la injusticia del sistema actual. Su presentación se basó en los libros de "Where does money come from?" y "Modern Money Theory," dijo que el Banco de Inglaterra acaba de publicar dos informes, a saber: "Money in the modern economy: an introduction" (Dinero en la economía moderna: una introducción) y "Money creation in the modern economy" (Creación monetaria en la economía moderna) en que admitió que la mayoría del dinero está creado como deuda, haciendo hincapié también al hecho de que la banca comercial decide cuáles proyectos serán financiados y criticando la corriente actual de insistir en reducir el déficit de los gobiernos.

Y siguió Jordi Grieria Roig, co-fundador del Instituto de la Moneda Social y presidente de la Fundación INEVAL, quien enseñó las palabras de Joan Casals (1925-1998), co-fundador de PIMEC y ex presidente de Ecoval, pues preveía que la desunión fiscal entre el Norte y el Sur de Europa crearía tensiones insoportables en el Euro debido a la diferencia de productividad, exactamente como ha sucedido. También habló de que ni el Banco Central Europeo ni el Banco de Inglaterra tienen como misión aplicar políticas monetarias para mantener el empleo, mientras que la Reserva Federal de EEUU lo tiene como principal objetivo y así en EEUU baja el paro mientras en Europa sube.

Después de la pausa le tocó a Bernard Lietaer, experto mundial de moneda social y complementaria radicado en Bruselas (Bélgica), quien dio su ponencia titulada "Crisis Económica e Iniciativas Regionales". Comenzó por resumir el contenido de su libro "El Futuro del Dinero" y abordar los cuatro desafíos actuales de "Ola de envejecimiento", "Revolución informática", "Cambio climático y destrucción de la biodiversidad" e "inestabilidad monetaria." Destacó

la importancia de balancear entre la eficacia y resiliencia (diversidad) en el ecosistema, aplicando esta idea también al sistema monetario, comprobó que el sistema financiero es estructuralmente inestable con el número excesivo de crisis que ha habido en las últimas décadas en el mundo. Presentó el caso del Banco WIR (Suiza) que funciona para balancear las operaciones de PyMEs (aumentan transacciones en WIR cuando la economía del franco suizo decrece y viceversa) y terminó por comparar las sociedades patriarcales de economía competitiva con moneda única con las sociedades matrifocales de economía cooperativa con monedas paralelas.

Y por último la nueva moneda catalana Euro-Cat fue presentada por Susana Martín Belmonte, autora del libro "Nada está perdido" y promotora de Euro-cat, y Fèlix Simon Paraiso, presidente de la Plataforma Vegueria Penedès y promotor de Eurocat. Cada empresa que entra al sistema tendrá una línea de crédito y el saldo aumenta y reduce a medida que ésta vende y compra y también se admitirán particulares que podrán cambiar euro en Euro-cat para gastar en establecimientos locales. La diferencia fundamental entre préstamos en euro y la línea de crédito de Euro-cat es que aquéllos deben ser devueltos en euro mientras que la línea de crédito puede ser cancelada por ofrecer productos y/o servicios equivalentes. Aunque funcionará Euro-cat en toda Catalunya, se formarán ocho redes territoriales basadas en veguerías para fortalecer las actividades económicas regionales. Hasta el 04 de mayo se aceptan participantes fundadores y después se logrará la definición consensuada por parte de los participantes sobre varios aspectos antes de la puesta en marcha que está prevista en junio.

***Cyclos4communities*, un servicio gratuito para crear bancos de tiempo o redes de trueque con moneda social (Colaboración)**

<http://www.vivirsinempleo.org/2013/12/cyclos4communities-un-servicio-gratuito.html>

STRO (<http://www.socialtrade.org>) nos presenta Cyclos4Communities, un nuevo servicio gratuito para bancos de tiempo y monedas sociales, con el que cualquier comunidad puede crear su propio sistema de intercambio en tan solo tres pasos a través del siguiente link:

<https://communities.cyclos.org>

Estos tres pasos consisten en rellenar un formulario con datos básicos sobre la configuración, aceptar un link de confirmación enviado al email indicado, y empezar a operar con tu propia moneda social digital.

Con este servicio que nos ofrece ahora STRO se pretende REDUCIR EL COSTE Y FACILITAR LA GESTIÓN para que cualquier comunidad pueda gestionar su moneda social online. El alojamiento de la base de datos en los servidores de STRO es gratuito y se comprometen a no usar los datos personales con fines comerciales.

Desde la cuenta del administrador se puede configurar y personalizar en gran medida tanto contenidos como logos, temas, colores, etc.; hay un gestor de contenidos interno (similar a un blog), se pueden hacer pagos online (la app gratuita y personalizable estará disponible en enero del próximo año), un tablón de anuncios, un sistema de mensajería interna y notificaciones, etc. Más funcionalidades

se irán añadiendo a medida que estas estén disponibles. Con este nuevo servicio ya podemos crear nuestra propia comunidad de prueba o ver la demo, y aunque la web esté todavía únicamente en inglés, en el formulario de creación ya hay opciones para que la comunidad creada sea en castellano o catalán.

Se trata de un servicio básico pero completo pensado para bancos del tiempo y LETS o redes de trueque. Los administradores locales configurados por defecto tienen permisos para gestionar sus sistemas de forma relativamente sencilla y autosuficiente y lo que es más importante, el sistema está pensado también para permitir los intercambios entre redes diferentes, lo que podría convertirse en una alternativa a CES como plataforma multidivisa de intercambios. Los administradores locales pueden además ampliar sus posibilidades de autogestión pidiendo permisos de administrador de red a STRO, paso que al requerir una intervención informática no automatizada necesita de una donación simbólica de 25€ para poder registrarse; como administrador se pueden gestionar entonces múltiples monedas, crear nuevos tipos de cuentas y permitir pagos entre ellas, hacer que determinados pagos deban ser autorizados por un administrador local, añadir tasas por transacción en determinadas transacciones, crear nuevos grupos de usuarios con características diferenciadas, modificar los campos de perfil de los usuarios, cambiar las categorías y grupos de los anuncios, activar condiciones de uso que deban ser aceptados por los usuarios, etc.

También se pueden pedir personalizaciones más allá de las aquí mencionadas (por ejemplo, configurar la gestión de una moneda papel y digital, realizar un cambio de dominio web, etc.) según demanda, para lo que se debe contactar directamente con STRO a través del siguiente correo:
andreu.honzawa@socialtrade.org

Una Moneda para cada bien (Colaboración de Desperado Pérez)

*[http://www.vivirsinempleo.org/2013/06/
una-moneda-para-cada-bien-colaboracion_6.html](http://www.vivirsinempleo.org/2013/06/una-moneda-para-cada-bien-colaboracion_6.html)*

El volumen de la Economía Solidaria, de momento invisible, alcanza ya un volumen nada desdeñable. Sin embargo, todavía no se plantean circuitos económicos completos. Salvo excepciones, como los brotes que vemos por ejemplo en la Sierra de Madrid, las acciones de Economía Solidaria están siendo implementadas de momento en sistemas no conectados, con monedas que no se hablan.

Cada iniciativa es como un barquito navegando en el océano del sistema monetario del dinero fiduciario, de la Banca de Reserva Fraccional, del dinero deuda. Dentro de cada comunidad hay un intercambio intenso entre los miembros en torno a un solo modelo de negocio, en torno a una sola moneda. Para comunicarse entre las comunidades tienen que atravesar a nado el pantanal del sistema de dinero deuda, del dinero fiduciario. Eso no es una economía alternativa.

El sistema monetario para la economía solidaria no es un sistema trivial que se pueda poner en marcha por agregación de sistemas monetarios comunitarios como bancos de tiempo, monedas de trueque u otros. Cada uno de esos circuitos se debe diseñar como una parte de una visión completa de una Economía Alternativa, entre otras razones porque el sistema debe llevar embebida la función redistributiva que deberá ejercer el futuro gobierno tras la GranTransición.

Hay que crear, primero islas, luego continentes, donde la economía solidaria pueda funcionar como un todo.

- Con un sistema de monedas alternativas no fiduciarias, de monedas que representen promesas, – promesas contractuales de bienes –, que comprometen legalmente al emisor; de bienes y servicios reales, no de deuda.
- Que interconecte las economías solidarias y las monedas alternativas. Con un sistema monetario que cuanto antes pueda circular sobre una red P2P de dinero abierto que permita pagos electrónicos y especialmente pagos con el móvil con todas las monedas.
- Que funcione como un gran sistema osmótico hacia la economía de la deuda. Que deje entrar recursos desde la economía de la deuda, pero que impida todo lo posible que sus recursos salgan a circular en dinero deuda fiduciario. Las salidas hacia la economía de la deuda se consideran como exportaciones y deben ser cuidadosamente planificadas colectivamente según los intereses del Bien Común.
- Debe llevar embebida la funcionalidad de las tasas, los impuestos capaces de financiar, entre otros, un embrión del salario básico ciudadano. Lo cual implica una aceptación de una autoridad de facto que coordina el empleo de estos recursos.
- Implica, por tanto, añadir a todas las monedas alternativas, – al servicio de todos los otros trueques y mercados –, la moneda soberana del bien común en cada isla, que es la encargada, como los glóbulos rojos, de transmitir los réditos de toda la economía solidaria a los más desfavorecidos. Lo cual implica una aceptación de una autoridad de facto que coordina el sistema monetario.

De hecho, poner en marcha este sistema sería el primer acto de poder, de doble poder, de contrapoder, de la coalición o partido que vaya a protagonizar el gran cambio por vía electoral. La experiencia sería extremadamente útil

para hacer madurar las ideas y el consenso alrededor de un nuevo marco constitucional.

Los artículos que reseño abajo no pretenden en absoluto prescribir o definir las monedas alternativas que se deben crear, ni los circuitos de economía a los que sirven. No hay físicamente tiempo para estar al día y seguir la eclosión de modelos de negocio, circuitos, iniciativas y monedas alternativas que están surgiendo en nuestro país y en el mundo en una explosión de imaginación y creatividad sin precedentes.

Lo que pretenden es hacer una reflexión sobre los principios y modalidades a considerar en el diseño monetario para que sean una base sólida para el futuro, adaptable, flexible, segura y escalable a millones.

Los artículos se descargan en PDF.

http://www.vivirsinempleo.org/2013/06/una-moneda-para-cada-bien-colaboracion_6.html

En el mundo hay casi 3 billones de personas que no tienen banco. Están empezando a surgir sistemas alternativos de pago basados en el móvil y en la internet, ligados a instituciones de microcrédito pero autónomos del sistema bancario. En Kenia, el 87% de la población ya usa un sistema móvil de pago, con un 30% de PIB en transacciones.

La red P2P de dinero abierto para las economías alternativas en el primer mundo confluirá con estas redes del tercer mundo olvidadas por la banca y entonces, a no mucho tardar, podremos tirar de la cadena de la historia y olvidarnos para siempre del sistema financiero de la banca de reserva fraccional, uno y trino con la globalización y el crecimiento imperativo. A ser posible, antes de que hayamos destrozado el planeta y el petróleo se agote. Es decir, 20 años como mucho. Mas o menos lo que ha tardado la internet en implantarse.

Desperado PEREZ (desperado.theory@gmail.com)

SINERGIA 360

Una cooperativa con su propia moneda social, el eQ (Colaboración)

Bienvenid@s a Sinergia-360, un nuevo sistema monetario complementario al euro.

Sinergia-360 es una cooperativa de trabajo asociado que introduce un concepto innovador: la economía sinérgica. Combina diferentes prácticas de economía social y solidaria, aprovechando las ventajas de cada una de ellas en beneficio de las personas y las empresas. Sinergia-360 ha sido premiada en el "I Concurs d'emprenedoria social i cooperativa" (2013) del Ayuntamiento de Sant Cugat del Vallés (Barcelona).

En Sinergia-360 trabajamos para que toda persona sea valorada por lo que es, y no por lo que tiene. Ponemos a disposición de los usuarios una red tecnológica y social donde poder adquirir bienes y servicios con el trabajo y esfuerzo propios, minimizando la necesidad de liquidez en euros.

Sinergia-360 utiliza el eQ, una moneda complementaria al euro, que es transferida mediante un sistema de pago digital. El eQ es la unidad de valoración de los bienes y servicios dentro de la red tecnológica y social de Sinergia-360, con una equivalencia de $1eQ = 1€$. Toda transacción llevada a cabo dentro de la red es realizada con eQ o bien, si así lo acuerdan los usuarios, con una combinación de ambas monedas. No obstante, desde Sinergia-360 se fomenta el uso exclusivo del eQ, única vía para consumir sin necesidad de liquidez en euros.

Los eQ se pueden conseguir, dependiendo del perfil de usuario (consumidor, autónomo, empresa, cooperativa,

persona sin empleo, emprendedor...), de distintos modos:

(1) Ofreciendo bienes y servicios al resto de usuarios de Sinergia-360, ya sea presencialmente en los comercios u online en la página web.

(2) Solicitando un crédito al 0% de interés y sin avales, a devolver al cabo de 12 meses. El importe del crédito concedido dependerá, única y exclusivamente, de la capacidad de oferta de bienes y servicios que tenga el usuario. Nunca dependerá de su capacidad económica ni de su patrimonio.

(3) Comprándolos a un tipo de cambio muy ventajoso: $1\text{€} = 1,50\text{eQ}$ (aumento de un 50% del poder adquisitivo).

(4) Consiguiéndolos, a coste cero, mediante diferentes actividades y dinámicas participativas: vendiendo artículos de segunda mano, participando en programas de gamificación, participando en promociones web, y fomentando o participando en iniciativas sociales o de consumo colaborativo.

Nos complace comentaros que en el pasado día de Sant Jordi iniciamos la campaña de crowdfunding titulada HAZ NACER UN LIBRO. El objetivo de la campaña, como su nombre indica, es escribir un cuento infantil para los más pequeños (y los no tan pequeños) que les explique el funcionamiento de la moneda complementaria eQ, así como la cultura del esfuerzo y la colaboración. Nuestro propósito es transmitirles que hay una nueva manera de funcionar, complementaria al euro, en la que a partir de trabajo y dedicación puedes conseguir lo que realmente necesitas para vivir dignamente.

Os animamos a participar en la campaña y a ayudarnos a tirar adelante el proyecto:

<https://www.indiegogo.com/projects/fem-neixer-un-libre#home>

Currency Pilot: Lambeth Pound

London, UKLambethPound

<http://communitycurrenciesinaction.eu/lambeth-currency/>

In collaboration with local businesses and residents, Lambeth Council is developing a borough-wide electronic community currency. The project includes the creation of a Cooperative Council incentivisation model that encourages citizens to take an active role in the design and delivery of Lambeth's public services.

The aim is to establish a sustainable borough-wide community currency that will support local, independent businesses through increasing economic activity and encouraging the continual re-circulation of money within the local economy. It is important that it is underpinned by an infrastructure that is sufficiently compliant and robust to allow the council and other public authorities, as well as businesses, to accept pLambeth sandwich board payment for services with it, e.g. allowing businesses to pay their business rates. The currency will be managed by Lambeth Council with the input and advice of local stakeholders, who will then take charge of the currency after the CCIA programme is finished.

A digital platform will be developed that supports an electronic version of the currency, and will build on the work undertaken by the Brixton Pound (B£), which was established in 2009 by a group of local residents who wanted to do something positive for the area. Lambeth Council has worked with the B£ and local businesses to evaluate the existing B£ currency model and, learning from the B£'s successes, experiences and challenges, has refined the model to respond to the needs of SMEs and residents in the borough, and to help integration into

Council services like the payment of salaries through Payroll Local, which allows employees to nominate to receive a proportion of their salary in L£/B£, and the payment of business rates and small procurement exercises in local currency

Another key element of CCIA within Lambeth is the development of an incentivisation model where rewards offered through the community currency will be used to increase positive civic activity and behavioural change.

This will be demonstrated and tested by identifying a council service that will co-design with citizens and/or users and alternative (incentivised) delivery model.

Currency Pilot: Spice Time Credits

UK based

<http://communitycurrenciesinaction.eu/spice-timebanks/>

The agency time credit model Spice has developed over the last ten years uses credits to acknowledge people's contribution to their community. For every hour contributed by a citizen to designing and delivering services they earn one time credits.

Credits can then be used to access events, learning, cultural or leisure opportunities, or to trade time with neighbours:. This, again, works on an hour-for-hour basis, so a community event lasting for two hours will require two time credits to access. Time Credit systems are hosted by community groups, local governments, schools, Capture Spice Time Credits graphichousing associations, prisons and development trusts.

In this system, a tenant who gives his time by helping to run a local out-of-school club can then spend that time on, to use one example of many, attending a concert at a

venue owned by a Spice network Time Spend partner.

To this end, Spice has developed a network of time spend partners across the UK: including local authority-run leisure centres, climbing centres, concert venues, sports clubs, cinemas and arts galleries, all of whom accept time credits on the door.

Organisations that give out time credits are supported to develop new ways for people spend credits in their service. For example, using credits to access a film night run by the community centre or a school concert/trip or take part in a pool tournament in the homeless hostel.

Within the CCIA project, Spice will be launching, adapting or expanding its existing time credits networks to deliver three pilot projects alongside regional partners in South Wales. Their main focus will be community building, stakeholder engagement and poverty reduction.

Some testimonials from Spice timebankers

Through CCIA, Spice intend to take the agency time credits to scale. A collective approach and considered and targeted evaluation, advocacy and dissemination of the benefits of the model to governmental and non-governmental actors will enable us to make a strong and persuasive case for adoption of the methodology to both governmental and non-governmental actors.

The body of knowledge contained within the CCIA partnership, its level of innovation and the design-based approach it is taking to developing community currency solutions will be invaluable to Spice as it grows, both in terms of the learning it can derive from expert practitioners, the innovation it can adapt and replicate from sister projects and the collective voice it provides to make a strong and clear case for the effectiveness of the new approaches it uses. Through CCIA Spice wants to play a role in, and benefit from, scaling up of CCs across Europe.

